

Reforma do Imposto de Renda abre Série Grandes Debates da ANFIP

O Projeto de Lei (PL) 2337/2021, que reformula o Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, é tema da primeira transmissão da **Série Grandes Debates**, promovida pela ANFIP, com a participação de especialistas e parlamentares. O evento será na **segunda-feira (9/8)**, às **10 horas**, com transmissão AO VIVO pelo **Youtube** e **Facebook** da Associação.

O presidente da ANFIP, **Décio Bruno Lopes**, e o vice-presidente de Assuntos e Estudos Tributários, **Cesar Roxo Machado**, recebem os painelistas **Paulo Ricardo de Souza Cardoso**, diretor do Departamento Jurídico da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e ex-secretário adjunto da Receita Federal; o senador **Izalci Lucas** (PSDB/DF); e os deputados **Zé Carlos** (PT/MA) e **Marcelo Freixo** (PSB/RJ).

Na ocasião, os participantes vão analisar os principais pontos do texto original e o que esperar do Projeto de Lei, que faz parte da segunda fase da Reforma Tributária apresentada pelo Poder Executivo.

A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer, da Agência Servidores.



LIVE

Segunda - 9/8 - 10h

PL 2337/21
A Reforma do
Imposto de Renda



Assista ao vivo:

Youtube: www.youtube.com/anfipoficial

Facebook: www.facebook.com/anfip.nacional

ANFIP participa de ato nacional contra a Reforma Administrativa

Na terça-feira (3/8), diversas entidades de classe, centrais sindicais, frentes de servidores e parlamentares se reuniram em frente ao Congresso Nacional, em mobilização conjunta, para marcar o retorno das atividades legislativas e reforçar o posicionamento contrário à PEC 32/2020 (Reforma Administrativa).

O ato mobilizou caravanas e representações das cinco regiões do país e teve início com uma passeata em defesa dos serviços públicos, que começou em frente ao Museu Nacional, contornou o Congresso e retornou à Esplanada. O objetivo da mobilização foi unir os servidores públicos para pressionar os parlamentares e alertar a sociedade sobre os prejuízos incalculáveis que a PEC traz aos atuais e futuros servidores e à prestação de serviços para a população.

Caso seja aprovada, a PEC possibilitará a substituição de servidores em cargos técnicos por pessoal indicado por políticos e partidos, eliminará a estabilidade e o Regime Jurídico Único, entre diversas outras ações destrutivas.

Ao se pronunciar, o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, reforçou que a matéria não pode ser aprovada. “A ANFIP não aceita a quebra da estabilidade. Antes de proteger o servidor, ela protege o Estado brasileiro de políticos corruptos e de administradores



irresponsáveis. Essa PEC é ruim para o Estado e pior para a sociedade”, completou. A vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, também integrou o movimento.

Entre os deputados presentes, participaram da mobilização Rogério Correia (PT/MG), Alice Portugal (PcdoB/BA), Bira do Pindaré (PSB/MA) e Israel Batista (PV/DF).

Confira [AQUI](#) participação da ANFIP no evento.

**Entidades intensificam mobilizações
contra PEC 32/20**

PÁGINAS 2 e 3

**Conselheiros avaliam datas para
eleição de convencionais**

PÁGINA 4

**Governo quer ampliar prazo para
pagamento de precatórios**

PÁGINA 5

Reforma Administrativa

Lira afirma que Reforma Administrativa deve ser votada no fim de agosto



FOTO: HELIO MARTINS

As entidades integrantes da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na quarta-feira (4/8), para realizar a entrega do Manifesto do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Setor Público. O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, participou do encontro.

O documento, elaborado pela Frente em parceria com as centrais sindicais e entidades de classe, alerta sobre os prejuízos da Reforma Administrativa (PEC32/2020) para os servidores e para a população.

Lira informou que, segundo o calendário da Câmara, a previsão é que no final de agosto a proposta seja encaminhada ao Plenário. Acerca dos pontos prejudiciais, o deputado mantém o posicionamento de que não afetarão os atuais servidores. “A discussão do projeto original é perda de tempo. O Congresso tem a responsabilidade de fazer os ajustes. Tem dois grupos de trabalho mexendo na Reforma Administrativa na Casa com visões diferentes de mundo e eu tenho obrigação de olhar para os dois lados”, disse.

As entidades afirmam que a proposta de Reforma Administrativa ataca conquistas democráticas e pactos sociais construídos desde a redemocratização. Segundo o documento, consequências de uma eventual aprovação dessa Reforma serão sentidas não apenas pelos servidores públicos, mas por todos os brasileiros, uma vez que todos, sem exceção, utilizam, em algum momento, serviços públicos. Situação que deixa a classe trabalhadora e aqueles que vivem em situação vulnerável desprotegidos e desamparados.

Também participaram da reunião os deputados Rogério Correia (PT/MG), Paulo Ramos (PDT/RJ), Alice Portugal (PcdoB/BA), Erika Kokay (PT/DF) e Júlio Delgado (PSB/MG).

Pacto de Brasília convoca reunião com relator



Os representantes das entidades que integram o Pacto de Brasília, dentre elas a ANFIP, reuniram-se na quinta-feira (5/8) para definir os próximos passos a serem tomados contra a PEC 32/20. Pela ANFIP, participou o

assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Na oportunidade, os representantes analisaram a tramitação da matéria e discutiram os temas que devem ser priorizados no encontro com o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), que está previsto para a próxima semana. O grupo pretende abordar as emendas protocoladas à proposta, alertá-lo sobre os impactos da Reforma para as carreiras dos fiscos federal, estadual, distrital e municipal, e ouvir a perspectiva do deputado sobre a matéria.

Também fazem parte do Pacto de Brasília os representantes da Associação Nacional dos Auditores-

Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco), da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil
UNIÃO E TRABALHO!



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

Entidades definem estratégias de resistência à PEC 32/20

As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público estiveram reunidas, na segunda-feira (2/8), para dar continuidade ao trabalho de mobilização contra a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. Pela ANFIP, participaram o vice-presidente José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial), que coordenou o encontro, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Ao comentar o andamento da matéria, o deputado Rogério Correia (PT/MG) afirmou que os deputados

favoráveis à Reforma querem aprová-la para cumprir promessas feitas ao mercado financeiro. “Se depender deles, vão entregar o serviço público de bandeja para o mercado. E se vão conseguir ou não, depende da nossa mobilização e do andamento de outras matérias, como a Reforma Tributária”, completou. O deputado Paulo Ramos (PDT/RJ) também esteve presente no encontro.

Vilson Romero recomendou que as entidades continuem pressionando os parlamentares, prioritariamente os titulares e suplentes da Comissão Especial, com realização de audiências nos municípios,



inserção do tema na mídia por meio de emissoras de rádio e TV, e mobilizações nas redes sociais.

Na OAB, ANFIP critica retrocessos da Reforma Administrativa

A Ordem dos Advogados do Brasil reuniu na quinta-feira (5/8) representantes do universo institucional, político, acadêmico e corporativo em audiência pública para debater os pontos críticos da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, e formular sugestões de aprimoramento do texto para preservar os princípios da administração pública. O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou da audiência.

Para Décio Lopes, neste momento de fragilidade em que o Estado brasileiro se encontra, a PEC 32/20 traz ainda mais instabilidade e insegurança jurídica para a administração pública, especialmente com o fim do Regime Jurídico Único, da estabilidade e a ameaça ao Regime Próprio de Previdência. “A PEC não traz nada que sinalize melhorias. Traz, sim, uma simbiose entre a administração pública e a iniciativa privada”, criticou, já que transferir serviços para empresas privadas, que visam lucro, não é medida efetiva de redução de custos.

Décio Lopes explicou que a Emenda Constitucional nº 103, da Reforma da Previdência, vedou a instituição de novos regimes previdenciários. A PEC 32/20, porém, representa um risco, já que autoriza a extinção dos regimes próprios e a consequente transferência dos servidores para o regime geral. “Isso é um retrocesso. É voltar ao passado, antes da CF de 88, quando tínhamos regimes celetistas”, frisou.

A reforma, para o presidente da ANFIP, não sinaliza uma busca pela eficiência. “Qual o projeto de melhoria para o serviço



público? Servidor serve ao Estado e ao cidadão, enquanto detentor de cargo efetivo. Fragilizar a prestação de serviços é o que a PEC traz. Reformas são necessárias, mas aquelas que trazem instrumentos para que o Estado satisfaça as necessidades do cidadão. Servidor público é investimento do Estado na prestação de serviços públicos.”, finalizou.

Na audiência foram abordados ainda aspectos como os espaços abertos para o patrimonialismo, a estabilidade como proteção dos bons servidores, o discurso equivocado do gasto público, a importância do concurso público, a definição de carreiras típicas do Estado, o perigo do vínculo de experiência e os riscos de precarização do serviço público. Confira [AQUI](#) o debate completo.

Frente Gaúcha discute ações para o retorno das atividades legislativas

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, esteve em reunião com a Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público e demais entidades de classe, na segunda-feira (2/8), para discutir a atuação conjunta contra a PEC 32/20, da Reforma Administrativa.

O objetivo dos representantes é intensificar campanhas virtuais e presenciais sobre a pauta devido ao retorno das atividades legislativas no Congresso Nacional nesta semana. A previsão é que, após a realização das próximas sete audiências públicas temáticas que constam no cronograma de trabalho, seja dado o parecer do relator, Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), na última semana de agosto.

A Frente deu início à instalação de outdoors em locais públicos no Rio Grande do Sul, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade civil e dos parlamentares para que também se mobilizem contra a Reforma, que se aprovada promoverá o desmonte do Estado.



Conselhos da ANFIP definem datas para eleição de convencionais e Convenção Nacional



Os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal da ANFIP definiram na terça-feira (3/8), em reunião conjunta, o cronograma de eleições para convencionais e a data de realização da XXVIII Convenção Nacional. As datas foram propostas pela Comissão formada por integrantes dos três Conselhos e analisadas por todo o grupo. A reunião foi conduzida pelo presidente da ANFIP-GO, Carlos José de Castro.

Pelo cronograma geral de eleições de convencionais, o

processo está previsto para começar ainda neste mês de agosto, com a publicação do edital para inscrições, e se estende até outubro, com a proclamação dos resultados. Além da eleição de convencionais, os Conselhos analisaram a data para a realização da XXVIII Convenção Nacional, cuja pauta, neste ano, será a homologação das chapas para o Conselho Executivo e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal, prestação de contas e relatórios de atividades do Conselho Executivo, aprovação do Regimento Interno e eleição da Comissão Eleitoral Nacional (CEN).

Todas as sugestões foram votadas e o novo cronograma foi aprovado pelos Conselhos. As informações serão compiladas em uma Resolução, que será submetida ao referendo de Assembleia Geral. Nos próximos dias a ANFIP fará ampla divulgação aos associados da pauta e da data da Assembleia Geral.

O cronograma prévio foi elaborado pela comissão formada pelas vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos); pelo Conselho de Representantes, Carlos José de Castro (GO), Antônio Carlos Silveira (SC) e Maria dos Remédios Bandeira (PB); e pelo Conselho Fiscal, Assunta Di Dea Bergamasco e Lourival Lobo.

Comissão Organizadora do FIT 2021 prepara campanha nas mídias



A Comissão Organizadora do Fórum Internacional Tributário – FIT 2021 esteve reunida na quinta-feira (5/8) para dar continuidade à preparação do evento, que será realizado de 20 a 22 de outubro, com o tema “Tributação, desigualdade e desenvolvimento na América Latina”.

Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), além

da presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

O evento, que está em sua segunda edição, é uma iniciativa da ANFIP e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), em parceria com o Sinafresp (Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo) e com o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, um dos autores do estudo A Reforma Tributária Necessária. Conta, ainda, com apoio da Oxfam Brasil e da Internacional de Serviços Públicos (PSI).

Nesta etapa, o grupo analisa a produção de vídeos sobre o evento, com apresentação dos palestrantes, ampliação da divulgação nas redes sociais, tanto nas páginas do Fórum quanto nos perfis das entidades parceiras.

A comissão também já prepara a estrutura física onde acontecerá o evento e a identidade do palco virtual.

Todas as informações sobre o Fórum, como programação e palestrantes, estão disponíveis no site www.forumfit.org.br.

Siga o FIT também as redes sociais: [Instagram](#), [Facebook](#), [Twitter](#), [LinkedIn](#) e [YouTube](#).

As inscrições estarão abertas em breve.

Lira cria Comissão Especial para analisar PL do Imposto de Renda

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) emitiu, na quarta-feira (4/8), o Ato de Criação da Comissão Especial destinada a analisar o PL 2337/2021, que altera as regras do Imposto de Renda e cria a taxa de dividendos. O gesto trata-se de ato formal, conforme proposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com o objetivo de validar a relatoria do deputado Celso Sabino (PSDB/PA). Confira [AQUI](#) a íntegra do ato de criação da Comissão Especial e [AQUI](#) o requerimento de urgência apresentado.

Urgência - Ainda na quarta-feira, o plenário da Câmara aprovou, por 278 votos favoráveis e 153 votos contrários, o requerimento nº 1577/2021 de autoria dos Líderes Partidários, que objetiva estabelecer regime de urgência ao PL 2337/2021.

Com a aprovação, a matéria poderá ser incluída na Ordem do Dia do Plenário em momento oportuno, sem passar pela análise das comissões temáticas. O relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB/PA), apresentou uma nova proposta de substitutivo, com ajuste em relação ao texto apresentado em julho. Confira [AQUI](#) o documento.

A ANFIP acompanha a tramitação da matéria, que compõe a fase dois da Reforma Tributária, prevista para acontecer em quatro etapas. A fase um é o PL 3887/2020, que trata da unificação do PIS e Confins e a instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Outras duas etapas devem tramitar, uma que trata da transformação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em Imposto Seletivo e outra que institui um refis, chamado de passaporte tributário (PL4728/20).

Governo articula ampliação de prazo para pagamento de precatórios

Os ministros da Casa Civil, Ciro Nogueira; da Economia, Paulo Guedes; da Secretaria de Governo, Flávia Arruda; e da Cidadania, João Roma, discutiram na segunda-feira (2/8) com os presidentes da Câmara e do Senado Federal, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para ajustar as regras de parcelamento dos precatórios, ampliando a possibilidade de parcelamento já prevista na Constituição Federal.

Segundo nota publicada pela Casa Civil, a ideia é fazer uma separação dos “superprecatórios” das dívidas de menor valor. A intenção do governo, conforme divulgado, é adotar medida para reequilibrar as contas “em virtude do forte crescimento de precatórios previstos, via decisão judicial, entre o exercício de 2021 e 2022”.

Em webinar promovido na terça-feira (3/8) pelo IDP (assista [AQUI](#)), o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou sobre a PEC que está sendo redigida e das conversas que teve, além dos presidentes das Casas Legislativas, com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Fux, e com o ministro Gilmar Mendes, que também participou da live.

Guedes adiantou a estrutura da proposta, que preservará o pagamento integral das Requisições de Pequeno Valor (RPV). Conforme explicou, todas as causas abaixo de 60 salários mínimos serão atendidas “integralmente e instantaneamente”. No outro extremo, destacou, os “superprecatórios”, que são as causas que ultrapassam R\$ 66 milhões, passam a ser parcelados, sendo uma entrada de 15% e nove prestações iguais anuais. Guedes ressaltou ainda que os próximos superprecatórios que vierem, a partir de 2022, terão essa mesma regra. Os precatórios que ficarem acima de R\$ 66 mil e abaixo de R\$ 66 milhões serão quitados de acordo com a capacidade de pagamento anual da União.

Conforme a nota da Casa Civil, a PEC terá ainda a previsão de um fundo, constituído a partir de recursos provenientes de alienações de ativos, venda de estatais, entre outras fontes de receita, que poderá ser utilizado para pagamento antecipado dos precatórios parcelados, além de renda variável e não obrigatória ao público de maior vulnerabilidade. A mudança, de acordo com a Casa Civil, não permitirá nenhuma exceção de despesas permanentes e recorrentes ao teto de gastos.

Estadual

Agafisp avalia novas regras da LGPD e ações contra a PEC 32/2020

A diretoria da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, coordenada pelo presidente Luiz Carlos Santos da Silva, realizou na segunda-feira (2/8) sua reunião mensal, com diversos itens na pauta, entre eles: programação cultural em homenagem aos pais, encontro do Dia do Servidor Público, penalidades da LGPD, reforma estatutária, Convenção Nacional da ANFIP, tombamento dos móveis e utensílios da entidade e ações de mídia e nas redes sociais contra a Reforma Administrativa.

O diretor de Política de Classe, Vilson Antonio Romero, informou sobre a campanha de mídia de rua da Frente RS em Defesa do Serviço Público, em parceria com outros movimentos, que começou no mês de agosto com mais de 120 outdoors e frontlights espalhados pelo estado.

Entre outros temas, foram também debatidos aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujas penalidades a quem utiliza dados pessoais indevidamente vigoram a partir deste mês.

Os eventos comemorativos foram detalhados pela diretoria Cultural e Social, incluindo a live do Dia dos Pais, do Dia do Servidor Público e da Confraternização de Final do Ano.

O diretor Rudimar Fraga reiterou a necessidade de todos os diretores analisarem a minuta de alteração estatutária preparada pela Diretoria Jurídica, que será articulada pelo presidente junto ao Conselho Deliberativo para depois ser submetida à Assembleia Geral.

Além dos diretores mencionados, participaram também da telereunião o vice-presidente José Amilton Freire e os diretores Tânia Garcia, Cláudio Macedo e Nereu Capeletti.

Benefícios

Aproveite a semana de vantagens da plataforma de benefícios

A semana está recheada de descontos na plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens. Tem Magalu, Extra, Casas Bahia, Ponto, Brastemp, Consul, Compra Certa e Dell com descontos que chegam a até 40%. Aproveite as grandes plataformas de e-commerce e garanta as suas compras.

Confira todos os benefícios na plataforma ANFIP Tem +Vantagens. Acesse: anfip.temvantagens.com.br.

Programa Amigos Chevrolet: Tabela de agosto com descontos imperdíveis

O Programa Amigos Chevrolet, parceiro da ANFIP, disponibilizou a tabela vigente para o mês de agosto, com bônus e descontos especiais na compra de diversos modelos de Chevrolet 0km. A campanha é válida para associados ANFIP e seus dependentes (para parentes de 1º grau – pais, filhos e cônjuge).

Todos os descontos e condições estão disponíveis na área dos convênios: anfip.temvantagens.com.br.

ANFIP comemora com sucesso o Dia dos Pais



A ANFIP promoveu, na sexta-feira (6/8), uma Live Especial em comemoração ao Dia dos Pais, figura tão fundamental a tantas famílias. O evento virtual foi um verdadeiro sucesso, tanto pela rica programação cultural quanto pelas homenagens, proporcionando a todos um momento de leveza e descontração.

Realizando a abertura da comemoração, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, enfatizou que, apesar da incerteza ocasionada pela pandemia, é extremamente importante promover eventos como este. “É um prazer comemorar e saudar todos os pais e ter um momento da família anfipiana, em que deixamos nossas obrigações mais pesadas, para nos alegrar”, disse.

Participaram, apresentando belas homenagens aos pais, o ex-presidente da ANFIP Antônio Rodrigues de Sousa Neto, que falou sobre sua percepção sobre a data, e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, que abordou os desafios de conciliar a vida profissional e familiar, buscando se manter presente na rotina dos filhos.

O encontro também contou com a participação do médico Ítalo Rachid, que falou sobre longevidade saudável e detalhou 5 hábitos importantes para envelhecer com saúde. Já o humorista, poeta e palestrante Rossini Macedo, que dá vida ao Tonho dos Couros, um personagem alto astral, apresentou suas piadas temáticas garantindo a risada de todos. Também contribuiu

com o evento o associado Paulo Emílio Catão, cantor e compositor, que abrilhantou a live com sua voz e violão.

Durante a transmissão foram sorteados 3 vale-compras (R\$ 1 mil, cada), 2 churrasqueiras, 2 smartwatches, 1 tablet, 1 smartphone e 1 smart TV Led. E, com patrocínio da Markclub, parceira da ANFIP por meio do Setor de Serviços Assistenciais, coordenada pelo vice-presidente Ariovaldo Cirelo, foram sorteados 1 Adegas Brastemp 12 garrafas, com painel touch e 1 Kindle 10ª geração, com bateria de longa duração. Levaram os prêmios os colegas:

- 846 - Benedito Cerqueira Seba (MT)
- 842 - Ericson Pereira Lima (PE)
- 829 - Sebastião da Silva Lima (MG)
- 253 - Hamilton Alves Franco (MG)
- 864 - José Humberto Quevedo Melo (RS)
- 57 - Luiz Kazuo Kague (SP)
- 529 - Almira Amélia Fernandes Brustolini (MS)
- 34 - Maria Eliene de Queiroz (CE)
- 492 - João Orlando dos Santos (SE)
- 751 - Walkyria Altafini Nasser Eibeiro Nogueira (SP)
- 303 - Maria de Lourdes Bori Fogliato (GO)
- 519 - Marcus Augustos Sabóia Rattacaso (CE)

Aqueles que não puderam acompanhar, fiquem tranquilos, a live pode ser assistida [AQUI](#).

MOSAP protesta contra super fundo eleitoral



O Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), integrado por diversas entidades, entre elas a ANFIP, enviou a todos os senadores e deputados federais o Ofício Circular nº 012/2021, manifestando o

posicionamento contrário ao “Super Fundo Eleitoral” de R\$ 5,7 bilhões, destinados às eleições de 2022.

A sugestão de envio do documento foi aprovada na última reunião do grupo, por iniciativa do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero.

Segundo o ofício, não é ética a aprovação de um valor estratosférico de R\$ 5,7 bilhões para Fundo Partidário, normalmente, concentrado nas cúpulas partidárias, desprovida de critérios justos de distribuição, impedindo o sucesso de novas candidaturas para a necessária e esperada oxigenação do sistema político no Brasil de hoje.

Leia [AQUI](#) o documento na íntegra.